

**Da memória dos livros  
às bibliotecas da memória**



# I

Aussi faut-il confesser qu'il n'y a rien qui rende une bibliothèque plus recommandable que lorsqu'un chacun y trouve ce qu'il y cherche...

G. Naudé, *Advis pour dresser une bibliothèque* (Paris, 1627)<sup>1</sup>

O estudo das antigas bibliotecas – e, antes de mais, para não perdermos de vista a finalidade primeira de um e de outras: o mundo da leitura, que, necessariamente, é também o dos leitores – tem vivido entre nós, como, aliás, um pouco por toda a parte, do debruçar-se sobre conjuntos de livros reunidos por gente conhecida pelas suas competências académicas – teológicas, canonísticas, filosóficas...<sup>2</sup> – ou pela sua posição de relevo social e/ou institucional – grandes senhores (o marquês de Minas, por exemplo<sup>3</sup>), grandes senhores que, por vezes, foram igualmente grandes eclesiásticos (D. Gaspar de Bragança, arcebispo de Braga...<sup>4</sup>, D. João de Mendonça, bispo da Guarda...<sup>5</sup>, D. Francisco de Lemos, bispo-conde e reitor da Universidade de Coimbra<sup>6</sup>, D. Fr. Francisco de S. Luis, cardeal Saraiva,

<sup>1</sup> Servimo-nos da edição anastática da segunda edição (Paris, Rolet Le Duc, 1644) que, de acordo com Claude Jolly na sua estimulante introdução: "*L'Advis*, manifeste de la bibliothèque érudite", é, salvo na paginação, igual à primeira. (A citação que destacámos vem a p. 33).

<sup>2</sup> A título de exemplo, recordemos de Mário BRANDÃO, *A Livraria do P.e Francisco Suárez*, Coimbra, 1927; Joaquim de CARVALHO, *A Livraria de um Letrado do século XVI – Frei Diogo de Murça*, Coimbra, 1927 e depois refundido e desenvolvido em *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XVI* – vol. II, Coimbra, 1948, 200-204; António de OLIVEIRA, *A Livraria de um Teólogo do século XVI* [Francisco Rodrigues Fróis], Coimbra, 1964 e *A Livraria de um Canonista do século XVI* [Luis Correia], Coimbra, 1966; A. Moreira de SÁ, *Os Livros de Uso de Frei Diogo de Murça*, Coimbra, 1977.

<sup>3</sup> Manuel Artur NORTON, *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*, Lisboa, 1967, trabalho em que se publica (pág. 324-344) o inventário da biblioteca deste grande senhor.

<sup>4</sup> Pedro V. TAVARES, *A Biblioteca e a Bibliofilia de um Prelado Ilustrado, D. Gaspar de Bragança, Arcebispo de Braga (1758-1789)* in *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do 9º Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, III/2, Braga, 1990, 273-302.

<sup>5</sup> Luis Pinto GARCIA, *D. João de Mendonça, o Estudioso e o Coleccionador*, Castelo Branco, 1978 em que publica alguns dos 1021 títulos do inventário da livraria desse prelado († 1736).

<sup>6</sup> Manuel Augusto RODRIGUES, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*, Coimbra, 1984.

por exemplo também...<sup>7</sup>). Curiosamente, porém, a biblioteca real – isto é, a dos reis de Portugal – parece não ter verdadeiramente ainda avançado do ponto em que a deixaram as investigações de Sousa Viterbo<sup>8</sup>... De um modo geral, as pequenas ou pequeníssimas bibliotecas, civis ou eclesiásticas, não têm merecido a atenção de que, estamos em crer, são dignas, quer pelo que podem denotar – e quase sempre denotam – do empenho posto em conseguir reunir livros e esses – e não outros – livros, quer pela rede de leitura que podem indiciar ou até indiciam... Estamos, obviamente, a aludir a bibliotecas de algumas dezenas ou centenas de livros e não a esses alguns livros – em geral, poucos – que os inventários *post mortem* podem assinalar – quando assinalam<sup>9</sup>... e dos quais já se pôde escrever, com acerto, que, mais que os gostos de um homem, poderão revelar as leituras de um velho<sup>10</sup>. Aquelas e estes, contudo, parecem remeter para o mundo da leitura – e remeterão? –, enquanto as grandes bibliotecas senhoriais ou religiosas, revestidas, muitas vezes, de um carácter institucional ou quase institucional, dir-se-ia remeterem para o mundo da coleção<sup>11</sup>... Como em outros

<sup>7</sup> António M. de Barros CARDOSO, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Ponte de Lima, 1995, trabalho augural destinado a provas de Mestrado em História (F. L. U. P.) em que se publica (pág. 335-394) o *Index da Livraria* feito em 1823 do então bispo de Coimbra e reitor da Universidade e se tenta identificar e estudar, com acerto, algumas vezes, os livros de História que possuía o grande Prelado.

<sup>8</sup> Sousa VITERBO, *A Livraria Real especialmente no Reinado de D. Manuel*, Lisboa, 1901; Virginia RAU e Eduardo Borges NUNES, *Inventário post-mortem del-Rei D. Pedro II*, Lisboa, 1969, 70-89, publicaram a relação dos *Livros que se acharão no Paço do Corte Real*.

<sup>9</sup> Maria Manuela RODRIGUES, *Morrer no Porto durante a Época Barroca: Atitudes e Sentimento Religioso* (Dissertação de Mestrado em História – F. L. U. P.), Porto 1991, pode estabelecer, com base nos testamentos que examinou, interessantes achegas sobre os livros declarados nesse tipo de documentação; da mesma autora, *Notícias breves para a História dos Leitores e da Leitura na Cidade do Porto (1657-1746)* in *Via Spiritus*, 4, 1997, . Para o aproveitamento, com interesse predominantemente estatístico, que, obviamente, não invalida algumas sugestões qualitativas que apresenta, de um precioso conjunto de catálogos, poderá consultar-se Maria Olimpia LOUREIRO, *Bibliotecas e Leituras do Clero do Porto (1769-1770)* in *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, Évora, 1994, II, 169-177.

<sup>10</sup> Maxime Chevalier, *Lecturas y Lectores en la España del Siglo XVI y XVII*, Madrid, 1976, 44: "Es de temer que los inventarios despues de la muerte no nos revelen las aficiones de un hombre, sino las lecturas de un anciano".

<sup>11</sup> Um bom exemplo poderá ser o da livraria da Família Sousa da Câmara, de Vila Viçosa, cuja formação datará dos meados do século XVII, rica em "papéis da Restauração", já que por eles se interessaram "um Alcaide-mor do século XVII, um Familiar do Santo Ofício do século XVII, um Coronel de Milícias do século XIX e um Professor de Agronomia do século XX" pertencentes a essa mesma família, como aponta J. C. in "Para a História de uma Biblioteca", preliminar do *Catálogo da Importantíssima e Valiosa Biblioteca Souza da Câmara* (Lisboa, 1966) organizado, aquando da sua venda, por Arnaldo Henriques de Oliveira. Este caso poderia reilustrar muito bem como, tantas vezes, se terá ido passando da biblioteca patrimonial à "biblioteca museu", segundo a tipologia da proposta de Victor INFANTES, *Las Ausencias en los Inventarios de Libros y de*

domínios, a diferença entre o ler e o colecionar também passa pelo número..., diferença que, algumas vezes, explicará melhor que outras oposições – por exemplo, corte / periférias<sup>12</sup> – as diferenças entre bibliotecas de gente do mesmo grupo social e de poder económico igual ou semelhante ou de casas da mesma ordem religiosa..., se bem que, neste último caso, a função específica de "casa de estudos" que a casa desempenhava ou desempenhara possa ter contribuído para um acumular e dispor de saberes traduzido em livros... Mas, acumular e dispor é, como estaremos de acordo, o princípio de toda a colecção digna de tal nome<sup>13</sup>... E desde este ponto de vista e pelo atinente às livrarias das casas das ordens e institutos religiosos, estamos em crer – mas haverá, algum dia, que de tal fazer prova – que as pequenas bibliotecas serão, por tudo o que acabamos de deixar sugerido, mais significativas de orientações e de necessidades de leitura real<sup>14</sup> que os grandes depósitos bibliográficos<sup>15</sup>... A própria existência de uma determinada obra – mesmo que num único exemplar – nesses pequenos núcleos bibliográficos poderá revestir um significado mais preciso do que integrada numa série de obras do mesmo género ou idêntico numa grande livraria... Pense-se, por exemplo, na existência da biografia de Bento José Labre por João Batista Alegiani (Lisboa, 1785) entre os cerca de duzentos e cinquenta títulos do inventário da livraria das Concepcionistas de Braga feito em 1874... e na sua presença entre as dezenas de hagiografias perdidas entre os 30.000 volumes da livraria do Oratório de Lisboa..., isto para não argumentar com a sua total ausência em outras livrarias em casas da mesma área geográfica e espiritual. Tudo boas razões – e teremos ocasião de ponderar alguma mais – para justificar o estudo das livrarias das casas das ordens religiosas. Das grandes livrarias e das pequenas livrarias..., pois

---

*Bibliotecas in B. Hi.*, 99 (1997), nº 1, 281-292, uma passagem que só o tempo e o empenho familiar permitiram.

<sup>12</sup> Eugénio dos SANTOS, *O Oratório no Norte de Portugal, Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, Porto, 1982, 321.

<sup>13</sup> Adalgisa LUGLI, *Naturalia et Mirabilia. Il Collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammern d'Europa*, Milano, 1990 (2ª ed.) será sempre uma clássica - e excelente - aproximação ao tema.

<sup>14</sup> Também Victor INFANTES, *Las Ausencias en los Inventarios de Libros y de Bibliotecas in B. H.*, 99 (1997), nº 1, 282-283 permite perceber a importância destas "bibliotecas práticas" - cerca de 19/15 volumes -, para a história real da leitura.

<sup>15</sup> E. SANTOS, *O Oratório no Norte de Portugal...*, ed.cit., 321 lembra, como exemplo desse "desfasamento entre o que se passava na capital e no norte de país", os 30.000 volumes doados por D. João V ao Oratório de Lisboa... É, naturalmente, um bom exemplo..., mas deverá ser excepcional. Quantas outras casas, na capital, nesse tempo, com outros tantos milhares de livros? Mesmo ignorando se existem traços dos seus conteúdos librários ou se será possível tentar a sua aproximação, pensamos que a magnânima doação aponta à vontade de criar *ex novo* uma dessas bibliotecas eruditas que no seu enciclopedismo não negavam a vontade de colecionar e de ilustrar.

quase todos os conventos, mosteiros e casas de institutos religiosos teriam ou deveriam ter a sua biblioteca ou o que nós hoje gostamos ou temos de designar por biblioteca..., embora possamos não saber onde e como estavam dispostos os livros e até a sua função precisa... De qualquer modo, o estudo das livrarias conventuais – designemos assim, ainda que impropriamente, as das ordens e institutos religiosos –, mesmo se parcial e parcelar – pois visa apenas uma das formas das livrarias particulares –, porque de instituições se trata, deverá permitir superar o estudo de "casos" que representam, quase sempre, as livrarias particulares pessoais, geralmente dependentes de circunstâncias biográficas do seu proprietário – desde as decisões de compras às de venda por necessidade ou morte, de doação..., etc... –, a menos que de pessoais se tenham tornado, de algum modo, como que uma instituição ao serem consideradas – e como tal engrandecidas – como um bem patrimonial, sentimental ou legal, de uma casa senhorial ou de um qualquer corpo social importante (um cabido de uma sé catedralícia, por exemplo<sup>16</sup>)... Mas não é a história destas que nos interessa aqui, mas, sim, a das conventuais. Com efeito, mesmo se através de sérias dificuldades, as livrarias conventuais, em virtude dessa sua dimensão institucional, oferecem ou deveriam oferecer a possibilidade de mais facilmente verificarmos a sua história, independentemente da dificuldade de hoje localizarmos as provas dessa história<sup>17</sup>... Um momento houve, contudo, em que a interrupção dessa história, ainda que de diversos modos, largamente documentada, determinou o inventário dessas bibliotecas. Referimo-nos, obviamente, aos inventários levados a cabo por força das directrizes legais que presidiram à extinção das ordens religiosas em 1834. Se 1834 não significou – entendamos: sistematicamente e em larga escala – o fim dos livros que as constituíam, significou, isso sim, o fim dessas bibliotecas..., não, porém, sem antes de as terem inventariado... De bibliotecas passaram a "catálogos"..., algumas até, com alta probabilidade, pela primeira vez... Sempre na suposição teórica de que a lei se cumpriu – o que evidentemente não aconteceu –, o conjunto desses inventários constitui-se num amplo inventário em que se traduzia – e em que se pode ver hoje traduzido – o estado geral – em qualidade e em quantidade – das bibliotecas conventuais... Sabendo nós que, por razões do

<sup>16</sup> Avelino de Jesus da COSTA, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos Séculos XV a XVIII*, Braga, 1984.

<sup>17</sup> Para as datas de que nos ocupamos aqui, à parte alguma rara contribuição para o seu estudo entre nós que assinalaremos, cremos que a melhor visão de conjunto sobre as bibliotecas religiosas em si e na sua variedade – beneditinas..., jesuítas..., seminários..., etc. – é a que dá a *Histoire des Bibliothèques Françaises – III, Les Bibliothèques sous l'Ancien Régime* (sous la direction de Claude Jolly, Paris, 1988, 11-73. Não podemos ver *Biblioteche Ecclesiastiche in Italia Meridionale* (Atti del Convegno Internazionale), Reggio di Calabria, 1992.

decreto de 1834, deveriam ter sido inventariadas, entre grandes, pequenas e pequeníssimas, cerca de 577<sup>18</sup>, facilmente aceitaremos que, para além de registar esse estado geral, essa documentação diz respeito a uma notável – talvez, até a maior – rede de bibliotecas cobrindo o território deste país..., sem que isto signifique, sem mais, a maior rede de leitura, já que as bibliotecas são sempre uma oferta nem sempre formada ou desenvolvida em face da procura... Em linhas gerais, porém, levando em linha de conta os leitores a que se destinavam e os que as deviam frequentar, talvez possamos aceitar considerá-la mesmo como a maior rede de leitura... Cremos se perceberá facilmente que, por outro lado, esses inventários feitos depois de 1834 deixavam entrever esse estado geral a que aludimos, mas, aparentemente, quase não fornecem elementos para a história dessas livrarias – origem..., evolução..., dádivas..., etc... – ainda que possam, analisados com algum cuidado, sugerir - o que já não é pouco – a história de alguns dos interesses que as foram formando... e, deste modo, mostrar o seu "poder"... Curiosamente, desde esta perspectiva, é em vão que se procuram os seus traços nessa ponderosa série de estudos oferecidos a H.- J. Martin (*Le Livre et l'Historien*, Genève, 1997) ou em *Le Pouvoir des Bibliothèques* (Paris, 1996)...., como se nas bibliotecas conventuais não se depositasse poderosamente *la mémoire des livres en Occident...*, ou até em *Il Libro a Corte* (Roma, 1994), como se pela sua origem e, tantas vezes, pela sua função imediata, não fossem corte ou, quando menos, da corte... Por tudo isso, confirmado por esses silêncios bibliográficos<sup>19</sup>, pareceu urgente começar a localizar e a estudar esses inventários, focando-os não só desde o ponto de vista do fim da história – de um ciclo da sua história, se preferirmos, como referimos acima – das bibliotecas conventuais – traduzível nesses conteúdos dos inventários..., no estado de conservação dos exemplares..., na altamente provável distinção entre livrarias de religiosos e livrarias de religiosas..., no modelo de inventário..., na cultura dos autores da inventariação..., no valor económico do livro antigo (algum catálogo dá a

18 Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres), Porto-Lisboa, 1970, III, 139 oferece, baseado em dados do Cardeal Saraiva para 1826, o número de 577 conventos e casas de religiosos e religiosas, dos quais 402 de religiosos, e aponta que, segundo Marino M. Franzini, existiriam, em 1820, 420 conventos masculinos. Por ignorarmos se alguma vez se estabeleceu o número exacto – ou mais exacto que estes – dos conventos existentes em 1834, o nosso "cerca de 577" resulta, evidentemente, destas oscilações. Como consequência imediata do decreto de Maio de 1834, deveriam ter-se inventariado cerca de 400 casas religiosas masculinas, mas parece aceitável que, no cumprimento rigoroso da dinâmica da desamortização prevista pelas leis, deveriam ter acabo por ser inventariadas essas "cerca de 577" casas.

19 Merece destacar-se o trabalho de Luís António de Oliveira RAMOS, *Os Monges e os Livros no Século XVII: o exemplo da biblioteca de Tibães*, in *Bracara Augusta*, XVIII, 1974.

avaliação livro a livro)... –, mas também como fontes de informação sobre a circulação de autores e obras..., o significado das constantes (não é o mesmo ter duas edições das *Visitas ao Santíssimo e a Maria Santíssima* de Afonso M. de Liguori ou ter catorze) e as novidades..., as possíveis etapas da formação da livraria... Felizmente, procedendo a essa investigação, localizaram-se cinco desses inventários – e todos referentes a ordens mendicantes (masculinas e femininas<sup>20</sup>) de uma mesma região – que o *Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto* transformou em "Projecto de Investigação":

– Convento de Santo António de Caminha, Relação e Mapa de todos os livros<sup>21</sup>.

– Convento de Santo António de Ponte de Lima, Catálogo da Livraria<sup>22</sup>.

– Convento de Santa Cruz de Viana do Castelo, Catálogo da Livraria<sup>23</sup>.

– Convento de Nossa Senhora da Penha de França (Braga), Inventário da Livraria<sup>24</sup>.

– Convento de Santa Clara de Caminha, Relação dos Livros<sup>25</sup>.

A primeira etapa da investigação em curso procura controlar – o que significa, se necessário, corrigir – e completar os dados bibliográficos de cada inventário<sup>26</sup>, de modo a fornecer, antes de mais, dados fiáveis sobre

<sup>20</sup> A extinção dos conventos e casas religiosas femininas obedeceu, como se sabe, a um ritmo cronológico diferente, já que, impedidas de receber noviças, a sua extinção dependeu, quase sempre, da longevidade das suas habitantes. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal...*, ed. cit., III, 146 apenas informa que essa "morte por inanição" decorria do decreto de 5. VIII. 1883 que "expulsara os noviços de todos os institutos e proibia receber outros novos". M. Bernardes BRANCO, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, III, Lisboa, 1888, 484 – essa caótica obra repleta de documentos e anedotas que, muitas vezes, podem sugerir fecundas pistas de investigação – informa, baseado na *Revista Universal Lisbonense*, que em 1850 ainda havia em Portugal 119 conventos de freiras.

<sup>21</sup> A. D. Braga, Fundo Monástico - Conventual, F - FN 4. Conf. António de Sousa ARAÚJO - Armando B. Milheiro da SILVA, *Inventário do Fundo Monástico Conventual*, Braga, 1985, 174. (Citaremos sempre esta utilíssima e rigorosa obra por *Inventário...*).

<sup>22</sup> A. D. Braga, Fundo Monástico - Conventual, F - FN 21. Conf. António de Sousa ARAÚJO - Armando B. Milheiro da Silva, *Inventário...*, ed. cit., 176.

<sup>23</sup> A. D. Braga, Fundo Monástico - Conventual, F - FN 15. Conf. António de Sousa ARAÚJO - Armando B. Milheiro da SILVA, *Inventário...*, ed. cit., 171.

<sup>24</sup> A. D. Braga, Fundo Monástico - Conventual, F - FN 129. Conf. António de Sousa ARAÚJO - Armando B. Milheiro da SILVA, *Inventário...*, ed. cit., 201.

<sup>25</sup> A. D. Braga, Fundo Monástico - Conventual, F - FN 580. Conf. António de Sousa ARAÚJO - Armando B. Milheiro da SILVA, *Inventário...*, ed. cit. 221.

<sup>26</sup> Este trabalho impunha-se *naturalmente* em virtude de, como veremos, os inventários, talvez numa interpretação do modelo que lhes foi fornecido, omitirem sistematicamente a ordem religiosa dos autores e o nome dos editores. E se assinalam o seu número de volumes, rarissimamente indicam se a obra está completa – o que evidentemente não deve surpreender-nos. Por outro lado,



que trabalhar, e apresentar os resultados finais concernentes à amostragem que estes documentos podem fornecer do "poder" dessa rede de leitura que conhecia – ou chegou a conhecer? - o empréstimo inter-conventual<sup>27</sup>.

Esses "catálogos" são inventários de um tipo de bens – os livros – possuídos, em determinado momento da sua história, pelas ordens religiosas, de que, porém, diferentemente de muitos outros – terras, alfaias agrícolas, pinturas, alfaias litúrgicas cujo destino que levaram ou deveriam ter levado se conhece com mais ou menos precisão –, quase se perdeu o rasto... Com efeito, tão pouco documentado está - e tão dificilmente documentável será - o destino – ou destinos – das livrarias conventuais que, à parte qualquer caso preciso e bem documentado, como o da livraria dos Arrábidos<sup>28</sup>, só uma busca sistemática – e, talvez, eterna – de pertences e outras marcas de posse poderia dar um contributo para avaliar - e, mesmo assim, sempre por aproximação – dos destinos desses fundos inventariados<sup>29</sup>.

gias e, conseqüentemente, com a extinção das ordens religiosas, a exclausuração. Com efeito, no célebre decreto dessa data apenas era feita referência, em artigos distintos (2º e 3º), a "bens" das casas "das ordens religiosas regulares" e a "vasos sagrados e paramentos que serviam ao Culto Divino", distinção que bem poderá ter resultado de o legislador querer evitar

algumas vezes, leram mal ou copiaram mal os nomes dos autores e das datas de impressão. Pormenores? Sem dúvida, mas, em investigações bibliográficas, imprescindíveis.

<sup>27</sup> Os inventários que estudamos apenas registam, obviamente, os livros existentes na casa extinta, não se ocupando dos livros que poderiam andar por fora ou "pertencerem", por ser de seu uso particular, a alguns frades. Podiam-no ter feito, como o fizeram para dívidas..., bens a receber..., etc. Não sabemos como funcionava e a extensão dos empréstimos de livros inter-conventos da mesma ordem, mas sabemos que, quando os livros eram poucos – no século XV, por exemplo –, entre os franciscanos observantes, tal prática existiu, como se pode ver nos inventários de alguns oratórios franciscanos feitos por Fr. João da Póvoa. Conf. José Adriano de Freitas CARVALHO, *Nobres Leteras' ... 'Fermosos Volumes'... Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no século XV*, Porto, 1995.

<sup>28</sup> A livraria do convento da Arrábida foi, em 1834, salva de dispersão por ter sido trasladada, em razão de um incêndio declarado no convento em Setembro desse ano, para a casa de Calhariz pertencente aos futuros compradores do convento – os duques de Palmela – e aí continuou, vindo crescer a seu lado um outro acervo bibliográfico formado sob a égide da família Sousa Holstein. O fundo conventual, bem como o acervo que se lhe foi juntando foram catalogados e anotados por Ilídio ROCHA, *Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo*, Lisboa, 1994. Sobre este importante e excepcional fundo – hoje propriedade da Fundação Oriente – e dos excelentes serviços que pode prestar tal *Catálogo* e sobre algumas correcções que se impõem, permitimo-nos remeter para a nossa recensão em *Via Spiritus*, I (1994), 213-223.

<sup>29</sup> Fernando Félix LOPES, *Lembranças Avulsas da Livraria do Convento de S. Francisco de Xabregas*, Braga, 1979 servindo-se do *Mapa dos livros antigos que tem a Livraria de Xabregas, de 1400 até 1500*, elaborado pelo Dr. António Nunes de Carvalho, pôde identificar, através dos respectivos pertences, os exemplares ainda hoje existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa. (Citaremos sempre por *Lembranças Avulsas...*).

polémicas atinentes à sacralidade e ao sacrilégio... Perante esta radical, mas, evidentemente, nem sempre precisa, distinção não terá grande sentido sugerir que a omissão se deveu, já que não à falta de precedentes – os bens da extinta Inquisição tinham sido em 1821 destinados à Biblioteca Pública<sup>30</sup> –, ao esquecimento... Naturalmente, porque os livros, tal como as imagens e as pinturas e outros objectos, artísticos ou não, eram "bens", não se terá julgado necessário explicitá-los, omissão que, como se deduz dos esclarecimentos que se seguiram, não só terá logo criado uma certa perplexidade, mas também dado lugar a situações abusivas... E, antes de mais, em relação aos livros, já que, com respeito às livrarias, esses esclarecimentos nem sempre foram claros e constantes, dado que, umas vezes, não forneciam – ou evitavam fornecer? – os critérios que poderiam ajudar a precisar a orientação contida naqueles artigos 2º e 3º do decreto de 28-30 de Maio de 1834, outras, continuavam a ignorá-los... Com efeito, alguns dias depois, isto é, logo em 4.6., por Portaria, eram enviadas pelo Tesouro Público ao Prefeito da Província do Douro (Manuel Gonçalves de Miranda) as *Instruções para o cumprimento do Decreto de 30 de Maio* em que, no seu art. 3º, se determina que, mediante inventário (referido no nº 4 da classificação que devia presidir à inventariação geral dos bens das ordens extintas, se tome posse das livrarias e manuscritos<sup>31</sup>. Foram essas *Instruções* remetidas aos outros prefeitos das restantes províncias? É provável<sup>32</sup>. De todos os modos, essas indicações traduzem uma clara determinação de conservar e de, por então, não vender (como devia acontecer imediatamente às alfaias agrícolas..., gados...) ou dispersar as livrarias (como poderia ocorrer com "a mobília insignificante e do commum" que poderia dar-se, sob o controle do prefeito, a alguma instituição de caridade que dela precisasse), o que já era algo, mesmo se nada de mais preciso se indicava quanto ao seu destino... Quinze dias mais tarde, dirigida ao Prefeito da Estremadura e remetida aos demais prefeitos<sup>33</sup>,

<sup>30</sup> António Martins da SILVA, *Desamortização e Venda dos Bens Nacionais em Portugal na Primeira metade do Século XIX*, Coimbra, 1989 (Ed. policopiada apresentada como tese de Doutoramento em História na Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra. Citaremos sempre como *Desamortização e Venda...*) Agradeço, uma vez mais, ao Prof. Doutor Luis António de Oliveira Ramos, meu Amigo e colega o ter-me chamado a atenção para esta obra.

<sup>31</sup> *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, IV Série, 1934, 136-137.

<sup>32</sup> A nossa dúvida baseia-se na falta da indicação habitual - normalmente no fim - de que na data de expedição da lei destinada a um determinado prefeito ou individualidade foi remetida aos demais prefeitos ou individualidades interessadas a mesma lei... Mas a importância dessas *Instruções* parece exigir que aceitemos como provável a sua remessa aos outros prefeitos provinciais.

<sup>33</sup> *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, IV Série, 1934, 154. Aí se diz, em nota final, que "Nesta conformidade e data se expediram idênticas Portarias aos outros prefeitos, e mais Autoridades competentes".

a Portaria de 20 do mesmo mês, contendo as *Instrucções para por ellas se regular a arrecadação dos Bens pertencentes as Casas Religiosas extinctas...*, de novo, porém, omite os livros dentre os bens conventuais aí tidos em consideração, embora, naturalmente, se deveria dar por pressuposto que cabiam na ordem de inventariação "de todos os bens de qualquer natureza que sejam...". Não vender..., inventariar...: duas medidas imediatamente importantes, que procuravam controlar e preservar o enorme acervo bibliográfico conventual, mesmo que não deixassem prever o destino último a dar-lhe..., destino que deveria, então, revelar-se difícil, já que não havia biblioteca que estivesse preparada para receber imediatamente – e desorganizadamente – tal quantidade de livros – pense-se na inegalável confusão que lastima, em 1844, o Bibliotecário-Mor, José Feliciano de Castilho, a propósito do depósito que, finalmente, aí tinha sido feito em 1841 das livrarias dos extintos conventos da Extremadura<sup>34</sup> – e, contrariamente às necessidades das igrejas, os bispos de cada diocese não possuíam, por esses dias, bibliotecas necessitadas por que, como se previa para vasos sagrados e paramentos, fossem distribuídos... E o número de prováveis compradores não deveria justificar pôr, por tempos próximos, tão grande número de livros em hasta pública... É neste contexto que se poderá perceber que, tendo pedido o Bibliotecário-Mor, por carta de 9.8.1834<sup>35</sup>, que "se entregassem na Bibliotheca Publica, como estava ordenado, as livrarias dos conventos supprimidos" e, além delas, "todos os mais objectos de Artes e Sciencias, pertencentes aos referidos conventos", por Portaria de 18.8.1834<sup>36</sup> se ordenasse que, para tal efeito, mediante um empregado, se entendesse o Bibliotecário-Mor com o Prefeito da Estremadura por ser "um dos encarregados da arrecadação dos bens pertencentes aos ditos conventos". Apesar dessas gestões, as livrarias – seguramente ainda longe de inventários completos – não foram, por essas datas, entregues à Biblioteca Pública... Mas – e talvez as questões não sejam impertinentes – a que livrarias se refere essa Portaria? De todo o reino? Ou apenas – ou principalmente? – às da Prefeitura da Estremadura? Pela letra do texto, estaríamos por aceitar como certa a resposta positiva à última questão, já que nessa lei se autoriza o mesmo Bibliotecário-Mor a entender-se, para tal fim, unicamente com o Prefeito da Estremadura. Em Lisboa virá a criar-se, em 1834, um depósito geral das antigas livrarias conventuais da Província da Estremadura, que funcionou no convento de S. Francisco da Cidade<sup>37</sup>...

<sup>34</sup> Fernando Félix LOPES, *Lembranças Avulsas...*, ed. cit., 35.

<sup>35</sup> A data da carta é, que saibamos, apenas conhecida pela referência que a ela se faz no corpo da Portaria que motivou.

<sup>36</sup> *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, Série IV, 1934, 10-11.

<sup>37</sup> Fernando Félix LOPES, *Lembranças Avulsas...*, ed. cit., 32.

Aliás, mais tarde (1841) serão os fundos dessas bibliotecas conventuais extremenhas que entrarão, como já sabemos, na que é hoje Biblioteca Nacional, instituição que, como também se sabe, esteve alojada, durante longuíssimos anos, precisamente nesse antigo convento de S. Francisco. Em virtude, talvez, desse destino previsto, logo no dia seguinte (19.8.1834) uma nova Portaria, intitulada ao Prefeito da Estremadura, mas remetida, com uma ligeira adaptação aos restantes prefeitos provinciais, reiterava a exclusão de venda das livrarias, tal como devia acontecer a “os objectos que sirvam immediatamente ao Culto Divino”, e “os trastes de ouro e prata e aquelles que por qualquer motivo se devam considerar preciosos”<sup>38</sup>... De qualquer modo, se o legislador, ao ordenar que o Bibliotecário-Mor se entendesse com Prefeito da Estremadura para ver como poderia cumprir-se o que estava ordenado e realizarem-se os seus desejos – coisa um tanto diferente de mandar entregar os livros à Biblioteca Pública –, comentava, como vimos, que tal “até agora não havia tido execução...”, pelas sucessivas portarias podemos suspeitar que tal entrega continuou a não se verificar ou, se algum caso houve, não foi de molde a significar a determinação da aplicação de um destino unívoco, mesmo para as livrarias dos conventos da Estremadura... Tudo isto – hesitações e atrasos – se poderá tornar um pouco mais palpável quando vemos o antigo professor de Literatura Portuguesa de D. Maria II, o Dr. António Nunes de Carvalho, “lembrar”, em 25.10.1834, ao solicitar da nova administração liberal um lugar – emprego que poderia ser o de encarregado da “pronta distribuição dos livros e mais objectos científicos pelas bibliotecas Públicas já existentes”<sup>39</sup>– que “a distribuição dos livros dos Conventos pelas Bibliotecas Públicas já se acha ordenada por um Decreto, e é urgente”<sup>40</sup>... Urgente era, mas, mesmo a existir publicado, então, tal decreto – o que não parece, a menos que se trate de uma interpretação lata da já referida portaria de 18 de Agosto <sup>41</sup> –, o que logo depois, e sob a vigilância de Nunes de Carvalho, se logrou foi proceder-se à condução das antigas bibliotecas estremenhas para o depósito geral em S.

38 *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, IV Série, 1934, 11. Em nota: “Nesta conformidade, e data, se expediu outra ao Prefeito da Provincia de Alem-tejo; e se expediram tambem aos outros Prefeitos do Reino, com a única excepção de não se tratar dos campos e das Lezírias de Riba-tejo”. Compreende-se a adaptação aludida, já que a exclusão dos campos e lezírias do Ribatejo não interessava às demais autoridades.

39 Fernando Félix LOPES, *Lembranças Avulsas...*, ed. cit., 32.

40 Fernando Félix LOPES, *Lembranças Avulsas...*, ed. cit., 32.

41 Havemos de reconhecer que esta hipótese não tem, ao nível da letra, aceitável pertinência, já que nessa Portaria de 18 de Agosto se diz “como estava ordenado”..., o que remete para uma ordem anterior que não logramos encontrar no corpo da *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa...* Teria sido realmente publicada? E o “como estava ordenado” que escreve Nunes de Carvalho refere-se a essa mesma ordem?

Francisco da Cidade... E já não foi pouco. Mas que destino dar aos das outras províncias e, depois, dos governos civis? Em 25.8.1836, por uma Circular, redigida numa linguagem de Ilustração, assinada, em nome de Maria II, por Agostinho José Freire, dirigida ao Governador Civil de Coimbra, mas remetida “a todos os Governadores Civis e de Ultramar, com excepção de Lisboa e Porto”, pedia-se que fossem indicados edifícios que, nas capitais de distrito, se prestassem a albergar a biblioteca pública a constituir com “as preciosidades literarias e scientificas”, e o “gabinete de raridades de qualquer especie, e outro de Pinturas”<sup>42</sup>. No entanto, como deixam perceber alguns dos inventários de livrarias de conventos da alçada do Governo Civil de Viana do Castelo e alguma correspondência que ainda lhes está apensa – pensamos, antes de mais, no “catálogo” de S. Francisco de Caminha que aqui se publica – esse destino apontado nessa Circular demorou alguns anos a começar a ser encontrado<sup>43</sup>. No caso desse ex-convento de Caminha, os livros, cujo inventário estava pronto desde 1838, só em 1845 deram entrada no Governo Civil... Que lhes aconteceu depois? Não sabemos, mas, como já sugerimos, mais que um destino deveremos ter de encarar para a globalidade das bibliotecas conventuais de que essa é apenas um exemplo, vários destinos que, em muitos casos, aliás como para outros bens, deverão ter levado anos a concretizar... As vicissitudes da própria livraria – pense-se no que ocorreu à dos Oratorianos da Ajuda depois de 1820<sup>44</sup> – perda por incúria..., a venda em leilão..., a venda como pertença do imóvel (convento) em que estava integrado – caso este último sugerido pelo destino da livraria dos franciscanos da Arrábida... –, a sua integração

<sup>42</sup> *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, V Série, 1936, 206. A mesma ordem, assinada agora por Passos Manuel, é reiterada em 7.10.1836. Conf. *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, VI Série, 1936, 44.

<sup>43</sup> Ignoramos, por exemplo, se o Encarregado do Depósito das Livrarias dos extintos Conventos, organizado, de colaboração com o Bibliotecário da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (José Gregório Lopes da Câmara Sinval), essa colecção de “obras escolhidas” destinada a essa Escola, para cumprir a Portaria de 9.6.1836 em que Passos Manuel estabelecia os primeiros passos com vista a dotar “todos os Estabelecimentos Literarios” de “uma livraria apropriada aos estudos, e conhecimentos que lhe são privativos”. Conf. *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, VI Série, 1936, 120.

<sup>44</sup> P.e Vicente Ferreira de Souza Brandão, *Recopilação Historico-Biographica do Veneravel Padre Bartholomeu do Quental Fundador da Congregação dos Padres Congregados do Oratorio e dos Irmãos Congregantes de N. Senhora das Saudades e S. Filipe Neri*. Lisboa, 1867, 77-79 recorda o que foram as mudanças – e as respectivas peripécias – da livraria da Ajuda, desde que foi mandada transferir de aposentos para nos seus se efectuarem as cortes de 1820... até 1850 ou 1851 em que lá se instalou o museu do futuro D. Pedro V, passando pelas transferências e arranjos ditados pela ocupação da casa dos oratorianos, em 1833, pelo Regente D. Pedro, até que “em 1856 deu-se mate a esta livraria, que foi removida para o palacio d’Ajuda com tal pressa que se quebraram carros, e se estropeou o gado, e lá está ainda hoje, fins de 1860, no chão em grupos, perdendo-se de poeira, ratos, traça, e até de agua!!! É escusado dizer que se acha bem roubada!”.

em livraria pública entretanto criada, como parece ser, em 1841 (13.6) o de vinte livrarias conventuais que, certamente no cumprimento de idênticas orientações que, nesse mesmo ano, se deram para a constituição do depósito geral da Estremadura em S. Francisco de Lisboa, deveriam ser depositadas no grande edifício da extinta Congregação do Oratório de Braga, então transformado em Biblioteca Pública dessa cidade<sup>45</sup>, foram, seguramente, alguns desses destinos<sup>46</sup>... De todas as maneiras, a legislação que foi sendo produzida permite suspeitar que circunstâncias idênticas ou parecidas se verificavam um pouco por todo o país. Para tal situação, para além das vicissitudes políticas, poderá ter contribuído uma certa lentidão na elaboração dos inventários... Dos três inventários de livrarias de conventos masculinos extintos (dois franciscanos e um dominicano) da província do Minho, dois foram feitos em 1836 e o outro estava pronto desde fins de 1838... O exemplo, assente em tão exíguo número, não vale, evidentemente, como prova, mas, enquanto não há dados mais abundantes, talvez possa aceitar-se a título de sugestão a investigar... E, desde este ponto de vista, seria interessante saber o papel exacto que, na concretização da inventariação, poderá ter desempenhado a "Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos extintos Conventos" que existia desde 30.12.1836, já que devia "proceder quanto antes a formalizar os Catalogos dos Livros e Manuscriptos, dos quadros, das estátuas, e outros objectos de raridades existentes no Convento de S. Francisco da Cidade" ...<sup>47</sup>. Limitou-se

<sup>45</sup> Colhemos a notícia, sem, contudo, a aprofundar, em António de Sousa ARAÚJO e Armando B. Malheiro da SILVA. *Inventário ...*, ed. cit., 243. Curiosamente, durante as pesquisas sobre o inventário da livraria de Santo António de Caminha que agora se publica, e ainda sobre a de Santo António de Ponte de Lima (que se seguirá), perguntou-se a equipa de investigadores, perante o elevado número de exemplares existentes na biblioteca bracarense exactamente coincidentes com os registados nesses inventários, se esses exemplares, quase sempre não existentes em outras bibliotecas, não seriam precisamente os inventariados desde 1836 e entrados em 1841 na Biblioteca Pública de Braga. É uma hipótese que só uma sistemática análise dos pertences poderia garantir.

<sup>46</sup> Do que dissemos na nota anterior deverá, naturalmente, seguir-se que muitos outros livros inventariados não entraram (ou não se "fixaram"...) na Biblioteca Pública de Braga ou em qualquer outra biblioteca pública e, por isso, será hoje impossível explicar quer como um precioso *Marial de la Sacratissima Virgen Nuestra Señora...*, de Fr. Filipe Diez, O.F. M. (Lusitano), impresso em Salamanca por Juan Fernández em 1596 conservando não só o pertence "Da Livraria de Santo António de Ponte de Lima", mas também a assinatura de Fr. João da Carnota, O. F. M. (por ser de seu uso?) se encontra numa biblioteca particular do Porto, quer como uma *Summa de Confession* (Sevilha, 1537) de Santo Antonino de Florença, com igual pertence, se conserva na Biblioteca Nacional de Madrid (R- 25/170)... Incidentalmente, refira-se que Fr. Gaspar da Carnota foi provincial da Província de Santo António à volta de 1613, tendo deixado umas memórias de que se serviu abundantemente Fr. Martinho do Amor de Deus na sua *Escola de Penitência, Crónica da Santa Província de Santo António*, I, Lisboa, 1740.

<sup>47</sup> *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, VI Série, 1936, 249. A Comissão estava integrada por Conde da Taipa (Presidente), Vasco Pinto Balsemão, Francisco de Sousa Loureiro,



a sua acção apenas ao que se conservava nesse depósito lisboeta? De todos os modos, apesar dos atrasos e das indefinições, coube, como se verifica, ao governo saído da Revolução de Setembro, especialmente à acção de Passos Manuel, pensar, não no destino mais ou menos imediato a dar aos livros dos extintos conventos, mas pensá-lo no quadro de uma política de desenvolvimento cultural<sup>48</sup>. Muitas das medidas legislativas atinentes a esse fim são conhecidas, mas, tanto quanto sabemos, nunca foi verdadeiramente verificada a efectiva realização desses alvos, que incluíam a distribuição de livros pelos estabelecimentos de ensino e cultura, fixados pelas leis setembristas... E seria interessante tentar, mesmo que parcelarmente, tal verificação, tal como é interessante verificar que os livros, apesar de inventários, depósitos, comissões e leis, nunca parecem ter tido um peso proporcional ao seu número e ao seu valor histórico e científico... E a sugerilo podemos lembrar não só que um hoje quase anónimo inventariador, ao remeter, em treze caixões, os livros que tinham sido dos franciscanos de Caminha, classificava o conjunto dessas 527 obras de "insignificante e de quasi nenhum valor artistico e litterario", mas também que um Oliveira Martins, em 1881, da "vasta seara de propriedade, ceifada a seus donos", só recorda "campos, palacios, alfaias preciosas e mobílias riquissimas"<sup>49</sup> ou, dito de outro modo, "propriedades, casas e terras.[...] um diluvio de alfaias, de mobílias, ouros, pratas, e caldeirões das baterias das cozinhas pantagruelicas"<sup>50</sup>.... Os livros continuavam a não pesar?

Mesmo não tendo assumido um valor patrimonial imediatamente "interessante", os livros, como já sugerimos, receberam, mesmo se através de omissões e hesitações, a atenção suficiente que os deveria ter transformado, antes de mais, em inventários. Aliás, necessariamente com algumas variantes, foi esse também o resultado da preocupação com outros tipos de bens das ordens religiosas.

Essa atenção traduziu-se, como já sabemos, na ordem de inventariar – garantir a posse e a descrição do possuído – e depois depositar... Depositar onde? Este onde, como já sugerimos, deverá ter conhecido algumas variantes... Se os exemplos mais antigos dos inventários que conhecemos (dois em 1836 e um de 1838, mas só entregue em 1845) puderem valer como sugestão de uma regra geralmente seguida, o depósito, durante muito tempo, parece ter-se feito no Governo Civil e na Fazenda

António Nunes de Carvalho, António José de Lima Leitão, Luis Duarte Vilela da Silva, André Monteiro da Cruz, Manuel Sérgio da Silveira e José Gregório Lopes da Câmara Sinval (Secretário).

<sup>48</sup> António Martins da SILVA, *Desamortização e Venda...*, ed. cit., 92 nota 1 em que alude ao "frenesim legislativo a favor da cultura e da educação, dos governos setembristas".

<sup>49</sup> J. P. Oliveira MARTINS, *Portugal Contemporaneo*, Liv. IV (1835-1839), Lisboa, 1925, II, 9.

<sup>50</sup> J. P. Oliveira MARTINS, *Portugal Contemporaneo*, Liv. IV, (1835-1839), ed. cit., 15

Pública.. Com efeito, pela documentação anexa a esses inventários, sabemos que tanto o do convento dominicano de Santa Cruz de Viana do Castelo, datado de 17 de Outubro de 1836, como o do franciscano de Santo António de Ponte de Lima não datado, mas cuja entrega é de 20 de Junho desse mesmo ano, e ainda, mais tarde (21 de Junho de 1845) o de Santo António de Caminha foram entregues para depósito no Governo Civil de Viana do Castelo... Anos depois, a julgar pelas indicações do inventário da livraria das concepcionistas do convento de Nossa Senhora da Penha de França em Braga – precioso inventário terminado em 2 de Março de 1875 – o destino parece ter sido directamente a Fazenda Pública... Depois, a estar pelo que se diz numa simples *Relação dos livros pertencentes ao suprimido convento de Santa Clara de Caminha*, o depósito, como aconteceu ao espólio bibliográfico em causa em 26 de Junho de 1891, fazia-se directamente à "Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos", variações estas de depósito e destino que, como veremos, também se reflectiram na estrutura – e, naturalmente, nas informações – dos inventários... Teremos de analisar um pouco mais detidamente esta questão, mas podemos adiantar que do inventário que, com ares de catálogo, nos informa do título da obra, do seu autor, do lugar e ano de edição, do número de volumes e ainda do seu estado de conservação, parece ter-se passado a uma listagem bibliográfica acompanhada do valor de cada obra atribuído por louvados e, depois, a uma simples relação de títulos a entregar na Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos... Estes exemplos que, a serem confirmados por uma mais larga base documental, poderão constituir-se em outras tantas etapas do destino que, através de hesitações e experiências de vária ordem, foi sendo encontrado para os livros das extintas casas religiosas, parecem assinalar que, apesar disso, os livros foram encarados, durante alguns anos, pelo menos, como um valor em expectativa. Os inventários – 1836-38 –, ao anotar o seu estado de conservação e, depois, – 1874 – ao registar o valor atribuído a cada qual pelos louvados, parecem permitir insinuar esta conclusão. Muitos vieram a ser leiloados, como, por exemplo, em 1864, os *livros latinos pertencentes às livrarias dos extintos conventos da Estremadura* - assim reza o seu *Catálogo*<sup>51</sup> – e, dentro desta perspectiva, poderia vir a ser interessante estudar os catálogos desses leilões e controlar – será possível? – os valores alcançados com a valorização derivada do estado de cada livro registado no inventário respectivo ou com o valor atribuído pelos louvados. Seria um bom índice de aproximação ao modo como os livros foram sendo olhados pela "nova" sociedade portuguesa.

<sup>51</sup> Fernando Félix LOPES, *Lembranças Avulsas...*, ed. cit., 40.



De qualquer modo, com atrasos e inércias, foi-se procedendo a inventários e depósitos... Mas perante essas mesmas circunstâncias – e outras menos inocentes que uma testemunha como o Dr. Nunes de Carvalho refere na sua correspondência com Sá da Bandeira, então presidente do Governo<sup>52</sup> – pode supor-se que o que se inventariou nem sempre foi o que deveria ter sido inventariado e, por isso, os inventários podem, alguma vez, não traduzir com precisão as existências e o estado dos fundos das livrarias conventuais nesse Maio de 1834. E da descrição de muitas espécies, nomeadamente de sermonários, ficaremos para sempre privados, já que, alguma vez, como no inventário de S. Francisco de Caminha que agora se publica, o inventariador reuniu em vários caixotes – quatro no caso visado –, a monte, os exemplares truncados ou imperfeitos. Supunha, certamente, que, face à abundância dos que seguiam inventariados, esses outros, apesar de muitos, não teriam importância literária e económica... E ao estudar o inventário, apesar de lastimar, até o poderemos compreender...

Valerá, então, a pena tentar perceber como chegaram essas inventários à forma com que se apresentam.

Como já demos a entender, os cinco inventários que actualmente estudamos não obedecem a um único modelo. Três deles, correspondendo às bibliotecas de conventos masculinos extintos em 1834, seguem, com alguma variante ditada ou pela imperícia ou pela incúria do inventariador, o mesmo modelo.

O inventário – a que os seus autores chamam "mapa" – de Santo António de Ponte de Lima foi terminado antes de 6.VII.1836, pois é desta data o ofício do Administrador do Concelho, José Pedro Pereira Lopes, a remeter ao Governador Civil de Viana do Castelo o "cathalogo" da referida livraria, bem como as contas da obra e transporte de 23 caixões em que foram acomodados os "quadros, paineis e livraria do extinto convento". Antes de 30. IX. 1836, a crer numa procuração do referido Administrador passada nessa data ao próprio encarregado do transporte para receber na Administração de Viana o valor das despesas, terão entrado na posse do Governo Civil. O inventário, como se declara nesse mesmo ofício, foi realizado por uma comissão proposta ao Governador Civil pelo próprio Administrador e dela faziam parte Luis Estanislao Saraiva e João José da Silva Lima que assinam esse pulcro e ordenado inventário. Não sabemos se

<sup>52</sup> Fernando Félix LOPES, *Lembranças Avulsas...*, ed. cit., 35-38 edita uma "Minuta" autógrafa, de carta, de António Nunes de Carvalho a Sá da Bandeira, Presidente do Ministério e Ministro do Reino no Governo empossado em 15 de Novembro de 1835 existente entre os Papeis que pertenceram ao D.or António Nunes de Carvalho (B. N. L Cod. 6963, ff. 1-5) em que dá conta das suspeitas visitas de R. da Fonseca Magalhães, Silva Carvalho, o Governador Civil Larcher e o Lente Tomás de Aquino ao Depósito que lhe estava confiado.

a assinatura do Administrador logo depois da dos dois membros da comissão indica que também a integrava ou se é simplesmente uma chancela de autoridade.

O *Catalogo da Livraria do Extinto Convento de Santa Cruz de Viana* está encerrado unicamente pelo Administrador do Concelho, António Joaquim de Carvalho, em 17. X. 1836, faltando elementos para precisar outras circunstâncias.

A seu devido tempo, isto é, aquando da sua publicação, tentaremos precisar um pouco melhor estas referências destes dois inventários.

A *Relação e Mappa de todos os Livros da Livraria do Extinto Convento de Santo Antonio de Caminha* teve, como já sugerimos, uma história um pouco mais atribulada. Não tem termo de encerramento, mas possui alguma documentação anexa que permite seguir a sua história. Por um officio do Administrador de Caminha datado de 21.VI.1845 e dirigido ao Governador Civil de Viana, sabemos, como também já assinalamos, que desde os fins de 1838 se encontravam os livros encaixotados, ainda que não saibamos onde estavam armazenados. No próprio extinto convento? De qualquer modo, estava a livraria encaixotada desde os dias em que o Administrador, António Luis Pita Carneiro, tinha cessado as suas funções e os Administradores que lhe sucederam nunca remeteram, como cumpria, a livraria para o Governo Civil. Por isso, nesse mês de Junho de 1845, ano em que voltara a ocupar a Administração do concelho de Caminha, pergunta se pode remeter esses caixotes e quem paga a despesa... Além de remessa atrasada, o tempo era propício a tal transporte pelos "carros de retorno que aqui costumão vir com fazendas d'essa Villa". Não conhecemos a resposta do Governo Civil, mas temos a certeza que foi rápida, pois em 1.VII desse ano, por um officio em que o Administrador procede à comunicação do envio de 13 caixotes, refere-se um officio da "2º Repartiçam" do Governo Civil, com data de 27. VI., ordenando a remessa da livraria. E nesse mesmo dia (1.VII.1845) o Administrador, em officio que acompanha o envio de "o cathalogo, relação ou mappa dos dictos livros em duplicado", sente, talvez respondendo a alguma estranheza da autoridade distrital, a necessidade de explicar o atraso e o desleixo. Com efeito, como os outros de Ponte de Lima e de Viana, esse inventário, pronto desde os fins de 1838, foi, segundo aí se aponta, começado em 1836 pelo próprio Administrador que sucedera, como Administrador substituto, ao Bacharel Gaspar Pinheiro Moreira Pinto, Administrador proprietário, exonerado nesse mesmo ano de 1836... Lances de política nacional que se reflectem localmente, passando pela elaboração de um inventário de livros...? Seguramente. Mas o que mais importa aqui – e cremos ser noticia relevante e, que saibamos, ainda não aproveitada – é o

que António Luis Pita Carneiro, nesse seu ofício de 1.VII. 1845, informa sobre a origem do modelo a que obedece esse "cathalogo".

Efectivamente, durante 1836, antes, porém, de António Luis Pita Carneiro entrar na Administração de Caminha, chegou do Governo Civil de Viana "a ordem e o modelo para o dito cathalogo". Se recordarmos que, como dissemos, os três inventários, contemporâneos na sua elaboração, obedecem, pese a alguma variante, a um mesmo modelo, parece ser aceitável concluir que também os outros foram elaborados de acordo com essa "ordem e modelo" enviada pelo Governo Civil nos começos de 1836. Qual era essa "ordem e modelo"? Segundo as referências que deixa entrever o ofício do autor do "cathalogo" de Santo António de Caminha, o inventário deveria constar de duas partes: uma primeira (1<sup>a</sup>), que ele cumpriu e cujo resultado envia, e uma segunda (2<sup>a</sup>), que ele não pôde cumprir, pois, "em consequencia do extravio que teve a dita ordem e modelo, não no [seu] tempo", não a pôde levar a cabo, "indo por isso em branco". Confrontando os três inventários, verifica-se que, efectivamente, faltam nesse "cathalogo" de Caminha algumas rubricas descritivas que, como assinalaremos, se encontram nos outros, e que, à primeira vista, poderíamos pensar ser consequência de um menor cuidado e atenção por parte do autor do inventário dos livros desse antigo convento de Caminha. Assim, e pelo que ao modelo parece dizer respeito, se todos, com alguma variante de ordenação, registam a *Materia das obras*, *Nome do autor*, *Data da edição*, *Terra* (ou *Lugar*) *em que foi impressa* (ou *da impressão*), *Formato*, *Número de volumes*, *Idioma* (ou *Lingua*) e *Estado da obra*, nos inventários de Santo António de Ponte do Lima e de Santa Cruz de Viana registam-se ainda o *Número dos dobrados*, os *Fragmentos de vários autores* e *Observações*, itens estes últimos que não constam do inventário de Caminha e que parece legítimo supor dizerem respeito a essa segunda (2<sup>a</sup>) parte do modelo<sup>53</sup>. E na verdade há no inventário feito pelo Administrador de Caminha espaço em branco que poderia ter sido aproveitado para eles e que, em alguma ocasião, até serviu para assinalar o conteúdo de alguns caixotes, v.g. de uns (n<sup>o</sup> 12, 13, 18, 20) onde se remetiam, sem ordem e sem qualquer referência descritiva, noventa volumes incompletos de sermões do século XVIII, e de outro onde iam trinta e seis volumes de obras ascéticas, místicas e morais incompletas e julgadas sem interesse pelo inventariador... De qualquer modo, os inventários, com um cuidado que, talvez, não supuséssemos, preocuparam-se com a descrição precisa, quase diríamos com a ficha, do

<sup>53</sup> Angela NUOVO, *La Fondazione delle Biblioteche Teresiane in Lombardia: Contributo a una Storia dei Cataloghi* in *Il Libro a Corte* (a cura di Amedeo Quondam) ed. cit., 349-371(352, 356) refere problemas semelhantes para os inventários das bibliotecas dos ex-jesuítas.

livro, permitindo – e permitindo-nos ainda hoje –, antes de mais, fazer uma ideia do seu "valor" em termos de controle imediato e de destinos futuros... Desde a *matéria da obra*, entendamos de acordo com uma terminologia tradicional, o seu título, até ao seu *estado de conservação*<sup>54</sup>, os elementos que fornece estão organizados com critérios que, aliás de acordo com as conclusões que, desde outro ângulo, já sugerimos neste sentido, se diriam valorativos em termos de aproveitamentos a estudar...

Se isto é o que, pela análise dos inventários, se pode perceber do modelo de apresentação a que deveriam obedecer, a ordem de inventariação não resultaria tão clara se não dispuséssemos do precioso esquema que precede o inventário de Santo António de Ponte do Lima. Com efeito, antecedente o inventário propriamente dito, existe uma folha com as *Classes em que vai dividido este mapa* e que são: *Classe I (Bíblia, Concordâncias, Santos Padres, Intérpretes, História Sagrada)*; *Classe II - Teologia (Dogmática, Moral, Mística, Ritos, Cerimónias)*; *Classe III - Jurisprudência (Direito Natural, Civil, Canónico, Pátrio, Regular)*; *Classe IV - Ciências e Artes (Filosofia, Física, Matemática, História Natural, Agricultura, Medicina e Cirurgia, Náutica, Pintura e Música, Economia Política)*; *Classe V - Belas Letras (Dicionários, Gramáticas, Poetas, Mitologia, Comédias, Oradores)*; *Classe VI - História (Profana, Eclesiástica, Vidas de santos e Homens Ilustres, Cronologia, Geografia, Viagens)*; *Classe VII - Filologia (Clássicos, Diplomática, Genealogia, Cartas, Emblemas, Adágios, Novela, Apologias, Diálogos)*. Teremos, certamente, reconhecido nestas "classes" uma dessas classificações que, com algumas variantes, vinham, desde o século XVII, pelo menos, sendo propostas para a organização das bibliotecas. No caso presente poderia pensar-se que essa classificação, afastando-se, por exemplo, da que utilizara D. Barbosa Machado, se aproximava, por exemplo também, da de Jacques-Charles Brunet (1810) e até, para voltarmos aos exemplos de casa, das que, em diversas ocasiões, foi utilizando o grande bibliófilo e polígrafo Fr. Francisco de S. Luis, mais conhecido como cardeal Saraiva<sup>55</sup>. No entanto, estamos em crer, mais importante que determinar com precisão a matriz da "ordem" classificativa imposta aos inventariadores e que estes, como aludiremos, se esforçaram por cumprir, é anotar que os inventários não foram organizados nem por simples arrolamento dos livros de acordo com a ordem que teriam no convento – na sua biblioteca, a existir – nem alfabeticamente e que, portanto, esses

<sup>54</sup> Como se poderá verificar, alguma vez, os inventariadores anotaram mesmo se o livro estava encadernado ou brochado ("em rústica").

<sup>55</sup> António M. Barros CARDOSO, *Ler na Livraria de Fr. Francisco de São Luis Saraiva*, ed. cit., 30.

"cathálogos", "relações" ou "mapas" nunca poderão representar, mais ou menos realisticamente, o estado organizativo dessas antigas livrarias em 1834, mas, sim, perdoe-se-nos a reiteração, apenas o inventário classificativo dos seus livros sem qualquer interesse especial pela sua quantidade... Nos exemplos que conhecemos, a começar pelo que agora se publica, nunca se introduziu qualquer numeração, o que não quer dizer, como se poderá concluir do que já dissemos, que não se assinalem "quantidades", como as das obras que vão, um tanto a esmo, sem nome de autor e sem título em caixotes convenientemente assinalados<sup>56</sup>. O que parece ter especialmente interessado não foi tanto saber que tinham os franciscanos em Caminha c. de quinhentas e vinte obras, em Ponte de Lima c. de oitocentas e os dominicanos de Viana um pouco menos de mil e trezentas, mas, sim, obter uma classificação que, sem desdenhar de números, permitisse fazer uma ideia global de cada livraria... Nada custa, por isso, continuar a propor, agora desde este ponto de vista, que tal "ordem" pode muito bem ter sido ditada em função de alguns dos objectivos, mais precisos ou mais vagos, que pensamos ter já sugerido. E já não era pouco. Por outro lado, desde este ângulo de observação, haverá que reconhecer a delicadeza da tarefa que foi exigida aos inventariadores e que eles, com mais ou menos rigor – e com mais ou menos urgência –, se esforçaram por levar a cabo. Com efeito, independentemente do lábil e tantas vezes do aleatório de qualquer sistema de classificação bibliográfica, perante os três exemplos que temos vindo a estudar, verifica-se facilmente que os inventariadores procuraram respeitar, com mais ou menos explicitação, a "ordem" que lhes foi transmitida, o que, para além dos méritos de um trabalho globalmente bem realizado – não dizemos impecável –, implicava possuir uma formação cultural e saberes não dispiciendos que não poderão ser postos em causa por erros – por que, diante de tanto acerto, não dizê-los simples "lapsos"? – como o de trocar alguma data de impressão..., de registar uma impossível edição de S. Boaventura em 1421..., um *Concilio Tridentino* de 1477..., de, por vezes, em lugar do título preciso oferecer a matéria da obra..., ou até de classificar, como fizeram os inventariadores de Santo António de Caminha, o *Maleus Maleficarum* entre os livros da já referida *VII Classe* ou os de Santa Cruz de Viana, *El Ingenioso Hidalgo* entre as *vidas de santos e homens illustres* de que se há-de ocupar a História... Evidentemente, não o faremos, mas neste último caso até seria fácil dar uma certa razão ao

<sup>56</sup> Há que prevenir que nenhum dos inventários estudados ou cuja investigação está em curso apresenta uma numeração das obras inventariadas; no entanto, para facilitar a consulta e a elaboração dos índices introduzimos, neste que aqui se publica e nos que se lhe hão-de seguir, uma numeração artificial.

inventariador... E, nesta sequência, seria interessante tentar, algum dia, fazer o estudo dos inventariadores das bibliotecas dos conventos extintos em 1834. Talvez, os administradores de concelho e os fiscais da Fazenda que parecem ter integrado as comissões inventariadoras se nos viessem a revelar um grupo bem mais culto do que poderíamos pensar e a quem, talvez, não será, em geral, justo aplicar "liberalmente", sem grande humor e sem grande critério, o terrível asserto sobre os barões e os frades garretiano... E, dentro ainda desta mesma ordem de ideias, poderemos sempre perguntar-nos pela origem dessa "ordem e modelo", isto é, donde e de quem partiu e quem terá sido o seu autor.

De todos os modos, se estes inventários – e cremos será legítimo pensá-lo acerca de quaisquer outros – não nos revelam o estado organizativo das livrarias conventuais a que dizem respeito, revelam, mesmo que de um modo não absolutamente rigoroso – houve, como vimos, livros encaixotados anonimamente e livros certamente perdidos –, o que eram essas livrarias em 1834... O que eram, entendamos, em relação aos seus fundos – conteúdos – e não, como terá sido fácil de deduzir, em relação a outras circunstâncias, v. g. localização..., organização..., utilização... O que eram, e não como eram... E mesmo que, sem prejuízo do que sobre isto já aludimos, viéssemos a acordar na necessidade de atender às diferenças entre as bibliotecas de monges e as de frades, e entre bibliotecas de mosteiros e conventos das grandes urbes e centros de estudos e as de pequenas cidades ou vilas, seria sempre de ter em conta o que, no que aos livros diz respeito, viu, em 1785, em alguns mosteiros do Minho e da Beira, aquele viajante cuja *lembrança de jornada* publicou Camilo. De um modo geral, além de poucos e nem sempre em estantes, estavam sem qualquer ordem... E isto quando havia sala para eles, isto é, livraria<sup>57</sup>... Um estado de coisas português? Não nos atreveríamos, sem mais, a defender tal ponto de vista quando sabemos que a livraria dos jesuítas de Cremona – e ao parecer não apenas em Cremona – era, segundo o encarregado de lhe estabelecer o catálogo, em 1774, para facilitar o destino dos livros da suprimida Companhia de Jesus, "un confuso ammasso di libri e nulla di più"<sup>58</sup>. Infelizmente, os inventários, preciosos documentos

<sup>57</sup> Camilo CASTELO BRANCO, *Um Viajante no Minho em 1785* in *Mosaico e Silva* (Porto, 1968, 220-242) em que publica uma anónima *Lembrança do que vi e passei na Jornada que fiz ao Minho no ano de 1785*.

<sup>58</sup> Angela NUOVO, *La Fondazione delle biblioteche Teresiane in Lombardia: Contributo alla Storia dei Cataloghi* in *Il libro a Corte*, ed. cit., 352 citando um informe de 1774 do encarregado da reorganização da biblioteca dos ex-jesuítas de Cremona; ainda que dizendo respeito a uma situação um tanto transitória, vale a pena considerar que também a biblioteca do rei de França cerca de 1718 se encontrava numa situação pouco condizente, como refere o seu encarregado desse momento, o Abbé Bignon, de acordo com Françoise BLÉCHET, *Le Quotidien et l'Insolite dans la Bibliothèque du Roi au temps de l'Abbé Bignon* in *Le Livre et l'Historien...*, ed. cit., 359-370.



para o fim de uma história, não fornecem grandes achegas para a história dessas bibliotecas... Será sempre um mistério saber como veio Santa Cruz de Viana a possuir *Plínio 2º* de 1469 e um *Sermão sobre as Epistolas de todo o anno* de Guilherme, bispo de Lyon, de 1494 – isto sem falar de um razoável número de obras dos começos do século XVI que também possuía<sup>59</sup> – ou Santo António de Caminha um *Historiam Josephi Libri Septem* de 1475, obras editadas, em algum caso, mais de um século antes da fundação dessas casas<sup>60</sup>..., mas a história das bibliotecas conventuais é também, e se calhar como a de todas as bibliotecas, uma história de circulação de livros – empréstimos..., esquecimentos..., compras de novidades e de obras em segunda mão..., dádivas... – que, nas suas precisas circunstâncias, em geral, nos escapa... Se é certo que, com uma larga probabilidade, podemos saber quais as obras mais recentes entradas nessas livrarias e que podem até ter sido as últimas aquisições ou ofertas – em Caminha, uns *Opusculos Christiano-Patrios* de D. Rafael Thomaz Menéndez de Luarda (Corunha-Santiago, 1812), em Ponte de Lima, uma *Politica Religiosa* de autor desconhecido (Lisboa, 1819)<sup>61</sup> e em Viana, uma *Rhetorica* de D. Colonna (Veneza, 1795) – a cronologia dessas circunstâncias que envolveram o devir dessas bibliotecas é – e cremos será sempre –, efectivamente, difícilíssima de estabelecer e, para tal, inúteis os inventários feitos à raiz de 1834. Concordar-se-á, porém, seguramente que, apesar de tudo, se revelam eles de alto interesse para poder seguir com precisão – sempre relativa, evidentemente – permanências na inclusão ou na exclusão de determinadas obras ou autores (um Erasmo, por exemplo, que nem em edições do século XVIII aparece, ou um Savonarola de que os dominicanos de Viana apenas

<sup>59</sup> Não logramos obter qualquer indício acerca da origem destas numerosas obras editadas nos começos de Quinhentos existentes na bibliotecas dos dominicanos de Viana. Fr. Luis de Sousa, quer na *História de S. Domingos*, quer na *Vida* do arcebispo fundador da casa, nada aponta sobre o assunto, apenas assinalando que, de boas rendas, convento, por obrigação imposta pelo seu fundador, além de "sermão na igreja matriz da vila, todos os domingos do ano e todas as festas de Cristo e de Nossa Senhora", devia também aí ler "todos os dias uma lição de Teologia Moral" (Conf. Fr. Luis de SOUSA, *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, I, 25, Introd. de Aníbal Pinto de Castro e fixação do texto de G. Chaves de Melo e Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, s.d. [1984], 123), obrigações que justificam os naturais esforços por a apetrechar de acordo com elas.

<sup>60</sup> Santa Cruz de Viana foi, como é bem conhecido, fundado pelo arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires em 1560, mas, começadas, verdadeiramente, as obras em 1563, só ficou pronto muitos anos depois (Conf. Fr. Luis de SOUSA, *Terceira Parte História de S. Domingos Particular do Reino de Portugal*, Lisboa, 1866, VI, 2, 452-453); o convento de Santo António de Caminha, fundado em 1618, começou a ser habitado em 1620 (Conf., para as escassíssimas notícias coerentes sobre esta casa, José M. F. Silva SANTOS, *Caminha através dos tempos* in *Caminiana*, III (1981), 75-96 (a sucinta notícia sobre o convento encontra-se a p.ás 82-84).

<sup>61</sup> Além desta obra, o inventário do convento de Ponte de Lima regista ainda do século XIX: os *Antigos Ritos dos Romanos* de Nieuport (Bassani, 1803) e as *Institutiones Juris Civilis Lusitani* de Melo Freire (Coimbra, 1815).

têm a *Fé Estabelecida*... em edição de Lisboa em 1698...) ou câmbios de interesses e de preocupações, relevando, muitas vezes, mais que do gosto pessoal, de estratégias pastorais, o que se traduz em existências, mais ou menos compactas, de certos géneros e tipos de livros. Mesmo atendendo à extrema modéstia destas bibliotecas durante o século XVI – anos em que o fervor das observâncias ia, para franciscanos e dominicanos, muitas vezes, em um sentido de uma certa monasticização verificável num profundo recolhimento, quando não isolamento, e em algum anti-intelectualismo, tudo isto inscrito, a partir dos começos dos anos quarenta desse século, num quadro de fechamento a "novidades" ou ao que se temia fossem "novidades" que Concílio, índices e censuras tornam concreto – pensemos, por exemplo, com referência aos impressos desse século que nelas se conservaram, na "notável" presença de obras de espiritualidade – de raiz patristica, sobretudo – e na raridade das de sermônaria, duas orientações que veremos inverterem-se nos séculos seguintes... Em Caminha, por exemplo, de cinco sermônários editados em Quinhentos passamos para cerca de cento e vinte e três de Seiscentos e para cento e setenta do século XVIII... e, para os mesmos séculos, de cinco obras de Moral e Casos chegamos a vinte e oito e a trinta e duas, respectivamente... Com alguma variante, as proporções de interesses e preocupações parecem, contudo, manter-se em Ponte de Lima e em Viana, mesmo se a biblioteca dos Pregadores da foz do Lima revela, como havemos de verificar no dia em que publicarmos o seu inventário, uma presença da Literatura (algo entre as Belas Letras e a Filologia) – J. Cortez, *Lazarillo de Manzanares*..., J. de Zabaleta..., Calderón de la Barca..., Gracián..., Fulvio Teste, *Rimas*..., Petrarca..., E. Tesouro..., Soror Juana Ignés de la Cruz... e, mesmo se em francês, até um Milton ... – que é quase inexistente entre os franciscanos do Minho. Mas, para além destas grandes "classes", sublinhemos ainda, ao lado da ausência de Direito, a importância discreta que detêm a Bíblia e os seus comentadores e a História em Caminha (c. 21 e c. 28 obras, respectivamente), em contraste com a notável presença dessas "classes" em Viana (c.124, c.105 e c.115) e em Ponte de Lima (c.353<sup>62</sup>, c.111 e c.167). Qualquer leitor destes inventários, a começar pelo que agora se edita, não deve esperar uma larga presença de alguns grandes autores de teologia espiritual e mística... As poucas edições que de um S. Bernardo ou de um S. Boaventura aparecem são, em geral, antigas edições e em mau estado de conservação... Os próprios dominicanos de Viana, se tinham alguma edição quinhentista de – antes de mais "seu" – Fr. Luis de Granada (*Sermões*, Salamanca, 1577), parecem ter-se interessado especialmente por edições dos fins do século XVII e, sobretudo, do século

<sup>62</sup> Neste número incluem-se algumas obras de carácter mais propriamente teológico.



XVIII... Todos, franciscanos e dominicanos, a julgar pela variedade de títulos e número de edições, parecem ter preferido os moderníssimos E. Nieremberg e Paolo Segneri... Haverá que pensar nestas selecções que eram também tanto do agrado de um Fr. António das Chagas, sem esquecer que a fortuna de Paolo Segneri bem pode ser um índice – e uma das formas – da reacção portuguesa a Miguel de Molinos, pois o jesuita, como bem se sabe, foi, em Roma, um – e dos primeiros – guardas-avanzados contra o valenciano...

A livraria dos franciscanos de Caminha, com os seus trezentos títulos de sermões – em números redondos, mas que serão um pouco mais se lhes juntarmos os hoje "anónimos" dos caixotes... –, era, visivelmente, uma biblioteca para pregadores<sup>63</sup>... Curiosamente, também em Ponte de Lima os franciscanos reuniram c. três centenas e meia de obras de oratória sacra..., o que contrasta com a meia centena que juntaram os Pregadores de Santa Cruz de Viana... Haverá, algum dia, que ponderar este interesse pela literatura parenética por parte destes franciscanos da Província da Conceição, um interesse, ao parecer proporcionalmente desmesurado, que poderá vir a explicar-se pelo afã de encontrar meios – e modelos – para essa ideal "variedade de lições" que todos os pregadores se propunham e que quase ninguém lograva "discretamente" praticar... Embora um tanto suspeitos como bons críticos e reformadores, que o digam, cada qual à sua maneira, L. A. Verney e F. J. Isla... É uma hipótese de explicação que poderá revelar-se mais eficaz se for possível determinar – ou sequer sugerir – o grau de empenho dos franciscanos minhotos em campanhas missionárias pela região, pois sabe-se quanto os sermões alheios eram um bom recurso para o missionário<sup>64</sup>. E, uma vez mais, não procuremos uma significativa presença de Vieira nessas bibliotecas<sup>65</sup>...

Se a larguíssima maioria das obras inventariadas se encontra em latim e português, seguidos de perto pelo castelhano, haverá que apontar, ao lado de um reduzido interesse pelo francês em Caminha – aí liam Bossuet em tradução espanhola... –, um crescente avanço, em Ponte do Lima e em Viana, do número de obras em italiano e em francês... Os franciscanos de

<sup>63</sup> Desde este ponto de vista, parecem ter sido quase sempre encaradas as bibliotecas das casas religiosas masculinas, em especial das que, institucionalmente, não eram "casas de estudo". Fr. Martinho do AMOR DE DEUS, *Chronica da Santa Provincia de Santo Antonio da Regular, e Estreita Observancia da Ordem do Patriarcha S. Francisco*, Lisboa, 1710, I, 357 refere que ao contribuir para o convento da Casa Nova, Pero de Alcáçova Carneiro, além do mais, "deu huma boa livraria para o estudo dos pregadores".

<sup>64</sup> Louis CHÂTELLIER, *La Religion des Pauvres*, Paris, 1993, 116.

<sup>65</sup> Efectivamente, como revelará a análise destes inventários, a presença de António Vieira é, globalmente, muito parca. Se estivermos pelas sugestões do respectivo catálogo, também entre os arrábidos a presença de grande pregador não foi tão assinalada como poderíamos pensar.

Ponte de Lima teriam sete obras em italiano e vinte e duas em francês, ao lado dos quais os dominicanos de Viana com as suas sessenta e oito obras em francês e sessenta e nove em italiano..., contra três em inglês... teriam, combinado com um tom de um certo cosmopolitismo, um ar de políglotas... Com efeito, entre essas obras em inglês possuíam – por interesse ou sem interesse? – um *Almanaque da Cidade de Londres para 1757...*

Por várias vezes aludimos já ao "estado de conservação" como um dos elementos registados nos inventários. Nos três casos dos livros de ex-conventos masculinos os inventariadores não se serviram exactamente das mesmas fórmulas, preferindo matizar a indicação relativa a essa informação. Assim, enquanto o inventariador de Santo António de Caminha se limita a *meio uso...*, *sofrível...*, *bom uso...* e *arruinado...*, ainda que alguma vez precise com um *mais de meio uso...* e *totalmente arruinado...*, no inventário de Santa Cruz de Viana vêm apontados como *velho...*, *bom...*, *meio uso...*, *usado...*, *arruinado...* e, tal como no caso anterior, algum livro vem dito *muito usado...*, *muito bom...*, *muito velho...* Em Ponte de Lima preferiram descrever o seu estado de conservação com *bom...*, *mau...*, *sofrível...* De qualquer modo, com mais ou menos precisão, os inventariadores parecem ter procurado, também a este respeito, serem precisos, como parece ser legítimo pensar diante desses matizes introduzidos. Se as duas bibliotecas que conhecemos de conventos femininos não registam o estado de conservação, mas, sim, uma delas – a das Concepcionistas de Braga –, o valor económico atribuído a cada livro, circunstância que não permite comparações, pode, contudo, insinuar-se que, globalmente, as livrarias desses franciscanos e dominicanos do Minho se encontravam longe de um razoável estado de conservação. Caminha registam-se 192 obras em estado de *meio uso* ou *sofrível...*, 143 em *bom uso* e 176 *arruinadas...*; em Viana do Castelo, com *meio uso*, registam-se 710..., com *usado* ou *muito usado* 230..., com *velho* ou *muito velho*, 266 e apenas 1 *arruinada...*; em Ponte de Lima, verificam-se 1200 em *Bom* estado e 61 em *Mau*, o que faz dela a mais bem conservada das bibliotecas que estudamos, qualificação esta que, evidentemente, sempre suspeitaremos de pouco matizada, mas não inválida. Se em lugar de ponderar globalmente estes números, os ponderássemos por séculos encontraríamos alguns resultados um tanto surpreendentes. Tomemos como exemplo o caso de Caminha que nos interessa aqui particularmente: do século XVI encontramos 10 em *meio uso...*, 1 em *bom uso* e 36 *arruinados*; do século XVII, 93 em *meio uso*, 16 em *bom uso* e 94 *arruinados...* E do século XVIII, 89 em *meio uso...*, 125 em *bom uso* e 45 *arruinados...* A literatura parenética, e talvez não só por ser o género mais representado, mas também, de acordo com algumas sugestões já feitas, o mais manuseado,

é também a que mais desgaste parece ter sofrido: 129 títulos em *meio uso* ou *sofrível...*, 101 em *bom uso* e 66 *arruinados...* Claro que todas estas conclusões que insinuamos dependem de umas classificações que, no que diz respeito aos seus valores relativos, não podemos hoje controlar, isto é, nunca saberemos verdadeiramente se o que entendia o inventariador de Caminha por *arruinado* ou por *meio uso* corresponderá exactamente ao que os de Viana ou de Ponte de Lima classificavam de *mau* ou de *velho*, de *muito velho*, de *arruinado* e de *usado* e de *meio uso...* A confirmar estes relativismos estão as inúmeras vezes em que encontramos um *bom uso* aplicado a um livro sem princípio nem fim... Só aceitando que conceitos iguais ou aproximados traduzem realidades iguais ou aproximadas – sobretudo estas – podemos admitir o que dissemos sobre o estado de conservação geral dos livros que o Estado recebeu em 1834... De qualquer modo, essas classificações poderão – deverão – ter servido para para uma primeira avaliação do seu valor e destino... Não afirmariamos, sem mais provas, que, em todos os casos, fossem índices de mais ou menos leitura, como, um tanto apressadamente, se poderia – e gostaria – de concluir...

Ao nível dos números e dos conteúdos as duas bibliotecas femininas de que viremos a publicar os respectivos "catálogos" divergem largamente destes exemplos que acabamos de apresentar. E divergem não só quanto à "ordem e modelo" em que estão estruturados, mas também quanto aos conteúdos. Com efeito, se, como dissemos, o inventário de Nossa Senhora da Penha de França (Braga), levado a cabo entre fins de 1874 e os começos de Março de 1875, regista os livros sem mais classificação que em impressos, manuscritos, livros de orações (missais e breviários), apenas aponto junto da "ficha" de cada qual o valor atribuído pelos louvados, os livreiros Eugénio Chadron e Germano Joaquim Barreto, o de Santa Clara de Caminha apresenta-se como uma simples lista de títulos a identificar... Naturalmente, esta lista de 61 títulos pouco tem a ver com as 253 obras impressas e as 35 manuscritas e os 46 livros de orações das concepcionistas de Braga... Neste momento apenas interessa indicar que a larguíssima maioria dos títulos das duas bibliotecas diz respeito a literatura de espiritualidade. Na livraria das freiras de Braga avultam, ao lado de uma extrema pobreza de literatura parenética, as muitas novenas – sabemos quantas novenas faziam as freiras antes das festas principais<sup>66</sup> –, as catorze edições das *Visitas ao Santíssimo* em impressões de Lisboa entre 1742 e 1817, e as cinco do *Retiro espiritual para um dia de cada mês...* Ainda que já tivéssemos chamado a atenção

<sup>66</sup> Fr. Jerónimo de BELÉM, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves da Regular Observancia*, Lisboa, 1750 - 1755, alude muitas vezes a essa prática devota (Conf., por exemplo, II, 9, 11, 446).

para o mesmo facto em outras circunstâncias e época<sup>67</sup>, estranharemos também aqui a pobreza da presença de Fr. Luis de Granada, pois apenas possuíam as edições de Lisboa de 1633 e 1713<sup>68</sup>... No entanto, acrescentemos, sem qualquer ordem ou valorização, L. Blosio..., Santa Teresa..., Fr. António das Chagas..., Fr. António Arbiol..., Fr. Juan de Jesus Maria..., a Madre Agreda..., Felix Alamin..., os oratorianos B. do Quental e M. Bernardes..., e os jesuítas E. Nieremberg e P. Segneri, tão massivamente presentes, estes últimos, como já aludimos, também nas bibliotecas dos frades de Caminha, de Ponte de Lima e de Viana... Será possível ver nessa presença de Nieremberg e Segneri uma espécie de denominador comum que poderia indiciar o acolhimento de uma espiritualidade centrada na "conformidade" com a vontade de Deus alheia a estilos molinistas? De todos os modos, sublinhemos desde já, pela raridade da sua presença nessas bibliotecas masculinas, alguma edição de S. Francisco de Sales..., da *Vida de Santa Juana Maria de Chantal* (Madrid, 1738)..., e aquela *Vida e Morte de Bento José Labre* (Lisboa, 1785) de J. B. Alegiani a que já aludimos... Esta simples e rapidíssima evocação dos recheios das bibliotecas das clarissas de Caminha e concepcionistas de Braga talvez possa, desde já, ajudar a corrigir, por contraste, uma certa ideia do que pensaríamos ser uma biblioteca de frades... Por simples e, por isso, talvez não justa. As bibliotecas dos mendicantes dos tempos modernos parecem ter sido, predominantemente, não bibliotecas de "contemplativos", mas de "activos"..., injustiça – relativa, evidentemente – que não quer dizer que só as freiras se dessem à contemplação.... Assim postos os termos da questão, talvez não sejam tão exageradas como poderiam parecer à primeira vista as palavras com que, em 27.IV.1778, Fr. António de Jesus Maria José Costa, provincial da província franciscana dos Algarves, se referia, a propósito de um seu projecto de livraria em Xabregas, aos "religiosos de meia idade para cima" como a gente que "o ranço tem estragado de tal sorte o paladar que tudo que não são Mastrios, Alcantarenses, Corellas, Villalobos, Larragas, *Carlos Magno*, *Alivio dos Tristes*, etc., lhes não fazem sensação alguma"<sup>69</sup>... Com alguma correção de matiz, os inventários franciscanos e dominicanos

<sup>67</sup> José Adriano de Freitas CARVALHO, *Vida e Mercês que Deos fez ao Veneravel D. Leão de Noronha*: do Santo de Corte ao Santo de Família in *Via Spiritus*, 3 (1996), 81-161 em que estranhámos a escassa, se não mesmo nula, ressonância da figura e obra de Fr. Luis de Granada junto deste "venerável varão" da corte de D. João III e D. Sebastião, figura, aliás, muito próxima dos dominicanos de S. Domingos de Lisboa, bem como a não referência do seu biógrafo, Jerónimo de Melo, fidalgo bem conhecido no Reino pela sua nobreza e grande virtude, no dizer de Jorge Cardoso no seu *Agiolôgio Lusitano*.

<sup>68</sup> Anote-se, porém, para o que puder servir, que, em contraste, a livraria da Arrábida possuía vários títulos do Padre Granada em edições que vão de 1578 a 1713...

<sup>69</sup> Fernando Félix LOPES, *Lembranças Avulsas*..., ed. cit., 21.

que estudamos poderão, a começar pelo que hoje se publica, confirmar as palavras desse prelado nos fins do século XVIII... e, deste modo, ajudar a valorizar as reiteraões dos seus conteúdos, insistências que serão sempre, estamos em crer, mais significativas que alguns volumes isolados de autores que, por "mais modernos" que sejam, não sabemos verdadeiramente como valorizar no contexto global da livraria... E ler nem sempre foi – nem é – sinal de seguir ou, sequer, de compreender.

De todos os modos, cremos, nenhuma destas limitações infirma o valor documental dos "catálogos" que agora começamos a editar. E, algum dia, o seu conjunto poderá fornecer elementos preciosos para determinar – com títulos e contas – o que era a *bibliotheca* das ordens religiosas em Portugal à raiz da sua extinção. E desde o nosso ponto de vista, o dos livros, estamos em crer que estes poderão contribuir eficazmente não só à compreensão da história das suas orientações espirituais, mas também à história da definição da sua identidade..., isto porque todos sabemos que ser franciscano ou dominicano em 1834 não era o mesmo que no tempo de S. Francisco ou de S. Domingos... E não foram estes naturais desvios a uma identidade – ou, talvez melhor, a incompreensão da quase inevitabilidade deles – que permitiram fundamentar alguns dos argumentos com que se justificou a sua extinção? Curiosamente, a frequente ausência dos escritos dos fundadores, das suas biografias e até das crônicas – especialmente das mais antigas – das suas ordens nestas livrarias bem poderia ter dado aso a mais do que uma pergunta indiscreta<sup>70</sup>...

---

<sup>70</sup> Se nos ativermos ao *Catálogo da Livraria da Arrábida e do Acervo que lhe estava junto...*, ed. cit., podemos verificar que também nessa biblioteca era escasso o relevo dado aos escritos do "Poverello" seu fundador, bem como às crônicas da Ordem, pois destas só possuía obras tardias e, muitas vezes, incompletas. No entanto, se Santo António de Ponte de Lima, com uma edição do *Liber Conformitatum Vitae Beati Francisci ad Vitam Jesu Christi* (Milão, 1510) de Fr. Bartolomeu de Pisa e com a edição (tardia é certo e filologicamente muito incorreta, mas, mesmo assim, uma edição) dos escritos de S. Francisco (*Opuscula*, Paris, 1641) parece fazer, desde este ponto de vista, figura de relevo, haverá que reconhecer que Santo António de Caminha possuía, além de outras, a primeira *Crônica* geral dos Frades Menores devida a Fr. Marcos de Lisboa, além de um exemplar do *Firmamenta trium Ordinum* (Paris, 1511), ainda que de pouco servisse, pois estava «arruinado»...

## II

## Convento de Santo António de Caminha

Tentaremos agora – e o mesmo faremos aquando da edição dos outros inventários – apresentar um breve resumo da história do convento que guardou, até 1834, a biblioteca de que se edita o respectivo *Inventário*.

Infelizmente, o convento franciscano de Caminha é um dos mais esquecidos pelos cronistas da sua Ordem, já que nem Fr. Martinho do Amor de Deus na *Chronica da Santa Provincia de S. Antonio da regular, e estreita observancia da Ordem do Patriarca S. Francisco* (Lisboa, 1740) nem Fr. Pedro de Jesus Maria José na *Chronica da Santa, e Real Provincias da Immaculada Conceição* (Lisboa, 1754) se ocuparam desse convento. Por sua vez, os historiadores de Caminha também não puderam apresentar, até hoje, dados significativos sobre a história dessa casa<sup>71</sup>.

Sabemos que começou a ser erguido em 1.5.1618 num contexto de receio pelos ataques de corsários ingleses e turcos ao vulnerável convento da Ínsua<sup>72</sup>... Começadas nesse ano as obras à custa de esmola da gente da terra, veio a receber os primeiros frades em 1620, ainda que só tenha sido concluído pela continuação das esmolas dos caminianos e, agora, também do marquês de Vila Real e duque de Caminha, D. Miguel de Meneses, em 1631.

Pertencente, desde o começo, à província franciscana de Santo António (erecta em 1568), passou, desde que foi criada em 1705, à província da Conceição de Portugal, o que quer dizer que andou sempre, tal como a casa da Ínsua, nas províncias franciscanas de “estreita observância”.

Deste modo, perante o silêncio da documentação, o *Inventário* que se publica pode ganhar um interesse acrescentado.

Porto, 16 de Fevereiro de 1998

Em nome de todos os Colaboradores

*José Adriano de Freitas Carvalho*

<sup>71</sup> Manuel Jorge AVILEZ, *Algumas notas dos Conventos de Caminha in Caminiana*, I (1979), 1, 203-205; José M. F. Silva SANTOS, *Caminha através dos tempos in Caminiana*, III (1981), 4, 75-96 limitam-se a repetir os sumários, mas úteis, elementos que fornece Fr. Apolinário da CONCEIÇÃO, *Claustro Franciscano Erecto do Dominio da Coroa portuguesa, estebelecido em dezasseis venerabilissimas columnas*, Lisboa, 1740, 13-14 e 49-50.

<sup>72</sup> Fr. Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, II, Lisboa, 1666, 10, 40, 471.